

ACTA N.º 9

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 27 de Dezembro de 2006.

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira.

A Presidente da mesa deu início à sessão colocando à votação a Acta nº 6, da sessão ordinária, de 22 de Junho de 2006, depois do membro José Miguel Carvalho sugerir uma alteração à referida acta, a votação da mesma foi suspensa, pela Presidente da mesa, até à próxima sessão da Assembleia Municipal.

Passou-se à discussão e votação da acta nº 7, da sessão ordinária de 26 de Setembro de 2006, depois das alterações sugeridas pelos membros Inês Aguiar e José Miguel Carvalho, a votação da mesma ficou também suspensa.

O membro João de Brito desejou Boas Festas a todos os presentes e voltou a falar do mobiliário para a Assembleia Municipal, pois considera que actualmente têm poucas condições de trabalho.

A Presidente da mesa pôs à discussão a acta nº 8, da sessão extraordinária de 21 de Novembro de 2006, foi sugerida uma alteração pelo membro João Osório e passou-se à votação, com a referida alteração. A acta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

A membro Maria Regina Sardinheiro Ferreira apresentou declaração de voto, por não ter estado presente na referida sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção da Presidente da Mesa, lendo uma declaração para todos os presentes e apresentando uma moção sobre os 30 anos do poder local democrático.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro que colocou duas questões à mesa e uma questão ao Senhor Presidente da Câmara. Perguntou se há alguma resposta do Ministério da Administração Interna em relação ao pedido, que foi aprovado na sessão extraordinária, de 21 de Novembro de 2006. Lembrou ainda, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que na sessão ordinária de Setembro sugeriu a presença do Presidente da CPCJ, numa sessão da Assembleia Municipal, para poder prestar alguns esclarecimentos sobre a actividade da referida comissão.

Perguntou também ao senhor Presidente da Câmara porque é que o Conselho Municipal de Segurança não está ainda instalado.

Intervenção da membro Leonor Tendeiro que apresentou um voto de pesar a Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Intervenção do membro Carlos Cotrim que fez um reparo sobre o mau estado em que se encontra a estrada da Reserva do Cavalo do Sorraia, pois sendo um local tão visitado deveria ter uma entrada mais digna.

O membro João Osório apresentou um protesto à mesa afirmando que os documentos sobre as Grandes Opções do Plano e do Orçamento entregues à bancada da CDU são insuficientes, visto que são vários os membros e que um só documento é pouco para poderem fazer uma análise mais profunda.

Referiu que a bancada da CDU concorda com a cooperação entre Alpiarça e Matola, e perguntou se o carro que vai ser enviado para a referida cidade está operacional, e se será ou não substituído e se foi adquirida alguma viatura para os bombeiros.

Pretendia também saber quais as últimas viaturas adquiridas pela Câmara e de que tipo.

A membro Inês de Aguiar interveio mostrando a sua indignação pela data e hora desta sessão da Assembleia.

Em relação à intervenção da Senhora Presidente da mesa em que diz que não vai permitir manifestações, parece-lhe engraçado pois ainda há pouco tempo, na sessão da Assembleia de Setembro, o senhor presidente da Câmara fez um discurso que foi aplaudido por toda a bancada do PS e por presentes, nessa altura não viu indignação nem a viu proibir essa manifestação.

Fez ainda referência a uma questão que levantou na última sessão sobre actas do anterior mandato, que foram aprovadas com determinadas alterações e publicadas no site da Câmara com outra redacção.

Explicou que na sessão da Assembleia Municipal de 16/12/2004, o eleito Vasco d' Aguiar questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o motivo da rescisão do contrato com a consultora Jurídica da Câmara. Na acta desta sessão vem a pergunta mas não aparece a resposta. Na sessão seguinte, em 25 de Fevereiro de 2005, a secretária da mesa, na altura a Dr^a Graciete Costa foi questionada, sobre o porquê de não constar da acta a resposta à referida questão. A secretária da mesa respondeu que, pensava que o Senhor Presidente da Câmara não teria respondido a essa questão. No entanto o eleito Vasco d'Aguiar esclareceu que o Presidente da Câmara tinha respondido que não tinha justificações a dar, logo esta seria a resposta a colocar na acta. A acta foi aprovada com as alterações propostas, no entanto na nova acta aparece uma resposta, mas não esta. Esta situação foi questionada em sessões seguintes, e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Vera Santos Noronha, disse que ia ver, no entanto a acta foi publicada no site da Câmara com uma resposta que não é a correcta.

A Presidente da mesa agradece o esclarecimento, mas pede que lhe faça chegar por escrito.

A membro Inês Aguiar, em nome da bancada da CDU, mostrou preocupação com os cuidados de saúde, nomeadamente no nosso concelho. Referiu que de acordo com a Constituição da República todos temos direito a cuidados de saúde, através do serviço nacional de saúde, geral e tendencialmente gratuito.

Ao nível do nosso Concelho, temos uma população inscrita de quase oito mil utentes, sendo que mil quatrocentos e cinquenta não têm médico de família atribuído, o que corresponde a uma taxa de 18%. Metade da população inscrita, ou seja 25%, corresponde a utentes com mais de 65 anos, população

mais idosa e tendencialmente a precisar de mais cuidados de saúde, desta percentagem quase 5 % não têm médico de família, apesar de ser uma obrigação do Estado, a Autarquia tem também um papel fundamental no sentido de alertar para as situações, estando em permanente contacto com os órgãos competentes pressionando-os para que o direito à saúde seja universal e geral e para que todos os cidadãos de Alpiarça tenham direito a cuidados de saúde.

Intervenção da membro Regina Ferreira que depois de desejar a todos os presentes continuação de Boas Festas e um Bom Ano de 2007, apresentou em nome da bancada do PS, um Voto de Louvor à Câmara Municipal de Alpiarça, no âmbito das Comemorações da morte de José Relvas. Apresentou ainda, em nome da Junta de Freguesia, um Voto de Congratulação referente ao Jantar de Natal promovido pela Câmara Municipal para todos os funcionários e eleitos.

Intervenção da membro Anabela Costa referindo que na ultima sessão ordinária da Assembleia Municipal, solicitou que lhe fosse facultado o valor total da obra da Rua Ricardo Durão e foi-lhe respondido que depois de apurados os valores os mesmos seriam apresentados, voltou então a questionar se os valores já estão disponíveis.

Referiu também que a CDU enviou um ofício (registo de entrada nº124), a solicitar os seguintes documentos referentes à Alpiagra de 2006: relação das despesas e receitas, cópias dos contratos e cópia dos documentos de quitação. A CDU enviou também outro ofício (registo nº 129) em que solicitava resposta às questões colocadas na última sessão da Assembleia, de 26 de Setembro de 2006, e às quais não obtiveram resposta. Adiantou que até hoje a bancada da CDU não obteve qualquer resposta a estes ofícios, gostariam de saber porquê e quando é que irão ter essas respostas.

Lembrou mais uma vez, pois já tinha feito este reparo numa outra sessão da Assembleia Municipal, que era importante publicitar no site da Câmara as datas das sessões da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia.

Falou ainda sobre o tema da saúde no nosso concelho perguntando porque é que ambulâncias de outros Concelhos têm que vir prestar serviço ao nosso Concelho.

Intervenção do membro Joaquim Pais de Azevedo (1º Secretário), que aproveitou para felicitar a Presidente da mesa pela hora a que marcou esta sessão da Assembleia. Apresentou de seguida um Voto de Louvor e Reconhecimento a Ambrósio Cunha Raposo pela conquista da Taça de Portugal de tiro aos pratos na disciplina de Trap.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho dizendo que as sessões da Assembleia Municipal deveriam ser agendadas com mais antecedência.

Referiu-se de forma positiva às sessões realizadas na Casa dos Patudos aquando da Homenagem a José Relvas, no passado mês de Novembro.

Em relação ao correio que receberam, referiu-se a duas propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2007, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “ Os Verdes”, referentes a projectos localizados no nosso Concelho e que foram rejeitadas com os votos contra do PS e PSD (registo de entrada nº 155, de 11 Dezembro de 2006).

Falou ainda de uma resposta que a bancada da CDU recebeu referente a uma proposta apresentada na sessão ordinária de 26 de Setembro de 2006, em que solicitava uma consulta ao Tribunal de Contas, DGAL e Inspeção Geral da Administração do Território para que fosse esclarecida se a capacidade de endividamento da Autarquia já tinha sido ou não ultrapassada. Disse que receberam um parecer jurídico que não explica nada, mas que lhe parece querer dizer que não se vai fazer nada do que a CDU propôs.

Referiu-se também à intervenção da Presidente da mesa no início da sessão, pois em sua opinião não há intervenções do público junto dos membros da CDU, logo parece-lhe inadequado escrever sobre isso, pois dá a ideia que há uma matula que perturba o trabalho da Assembleia.

A Presidente da Mesa respondeu às questões que lhe foram colocadas. Ao membro Celestino Brasileiro respondeu que a Assembleia Municipal enviou um ofício para o Ministro de Estado e da Administração Interna, no dia 23 de Novembro de 2006, mas que até à data não obtivemos qualquer resposta. Informou que ainda não sugeriu ao senhor Presidente da CPCJ que estivesse presente numa sessão da Assembleia Municipal, mas irá falar com ele nesse sentido.

Relativamente ao protesto pela não entrega da documentação referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento, explicou que há semelhança dos últimos anos foi entregue um original por bancada, no entanto sugeriu à Câmara é que a partir do próximo ano estes documentos sejam entregues em suporte digital a todos os membros. Sugestão aceite pelo executivo.

Respondendo à membro Inês Aguiar esclareceu que não fez nenhum discurso, mas sim uma breve intervenção, em que disse que havia intervenções do público para com alguns elementos da CDU, o que não poderá acontecer para que as sessões decorram com normalidade. Com este esclarecimento respondeu também ao membro José Miguel Carvalho.

Em relação às actas do mandato anterior, solicitou mais uma vez à membro Inês Aguiar que lhe fizesse chegar por escrito.

Relativamente à intervenção da membro Inês Aguiar sobre a saúde, disse que iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara

Em relação aos ofícios a que a membro Anabela Costa se referiu explicou que ainda não obteve resposta, razão pela qual também não respondeu.

Quanto à publicitação das Assembleias no site da Câmara, informou que tinha sugerido que isso acontecesse, provavelmente houve um lapso dos serviços.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

O membro Celestino Brasileiro respondeu que dentro de sensivelmente um mês será agendada uma reunião com o Conselho Municipal de Segurança e a sua instalação coincidirá com a primeira reunião.

Relativamente à questão colocada pelo membro Carlos Cotrim informou que se irá regularizar o piso da estrada que dá acesso à Reserva do Cavalo do Sorraia e que a Câmara celebrou um Contrato Programa com a Secretaria de Estado da Administração Local para aquela via e para a ligação da estrada que vem do Casalinho com a Municipal 1370 que vai para o Frade de Cima.

Relativamente às questões colocadas pelo membro João Osório, esclareceu que o carro Bedford não está operacional, pois não passou na inspecção e que também não há intenção de o substituir, pois estas questões são do âmbito do Serviço Nacional de Bombeiros. A última viatura adquirida

para os Bombeiros foi um carro de combate a incêndios, adquirido com a ajuda de duas empresas do Concelho.

Relativamente às questões colocadas pela membro Anabela Costa, deixou a questão da Rua Ricardo Durão para o Senhor Vereador Ferreirinha. Quanto ao serviço de ambulância prestado por Bombeiros de outros Concelhos, explicou que no ano 2006 o Governo introduziu regras rígidas no sentido de se verificar a observância dos limites com despesas com pessoal e afins, não podemos ultrapassar o que foi despendido em 2005, no seguimento desta decisão governamental foram introduzidas restrições várias em termos de horas extraordinárias, decidiu-se que alguns serviços podiam passar, no âmbito do protocolo que existe com a Associação Humanitária de Pernes, para esta Associação.

A presidente da mesa antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Ferreirinha, respondeu ao membro José Miguel Carvalho dizendo que foi solicitado um parecer jurídico sobre a proposta da CDU. Esse parecer diz que a proposta terá que ser reformulada, não diz que não iremos tratar desse assunto junto das entidades.

Passou então a palavra ao Vereador Ferreirinha, que em relação à questão da Rua Ricardo Durão disse, que não se lembrava de lhe ter chegado nenhum pedido sobre essa matéria, no entanto fará chegar esse valor o mais rapidamente possível.

A Presidente da mesa colocou à votação a moção sobre os 30 Anos do Poder Local, que foi aprovada por maioria com uma abstenção.

Intervenção do membro João Osório que voltou a perguntar se o carro dos Bombeiros que será cedido pela Autarquia à Cidade de Matola, não está mesmo operacional.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

O membro José Miguel Carvalho interveio dizendo, que uma vez que os Votos de Louvor e de Pesar não vão ser colocados à votação, gostaria de dizer que concorda com os mesmos.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que em sua opinião o voto de Louvor e Reconhecimento deveria ser votado, fazendo assim um reforço à proposta de atribuição de uma medalha para o Atleta Ambrósio Raposo.

A Presidente da mesa perguntou se todos os elementos das bancadas concordavam com a atribuição da medalha. Só a membro Inês Aguiar se pronunciou dizendo que não subscreve, pois cabe ao Executivo decidir se atribui ou não a respectiva medalha.

A Presidente da mesa dirigiu-se ao Executivo dizendo que a recomendação fica em nome da bancada do PS, com a concordância da bancada do PSD e com a maioria dos membros da bancada da CDU.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto número um – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

Ponto número dois – Apreciação e Votação da Proposta de Actualização das Tarifas de Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, para o ano 2007.

O membro Celestino Brasileiro interveio dizendo que a bancada da CDU votará contra esta proposta, pois consideram exagerados os aumentos.

Intervenção do membro João de Brito, que em nome da bancada do PSD, informou que se irão abster, pois não tiveram tempo de analisar convenientemente este ponto.

Intervenção do membro Pedro Gaspar, que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se este ponto se resume a esta tabela e se o mesmo foi entregue dentro do prazo estipulado por lei aos Vereadores da oposição, uma vez que se abstiveram os dois alegando, que não tiveram tempo para os analisar com a devida profundidade.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o documento foi entregue dentro do prazo legal.

A Presidente colocou este ponto à votação. Foi aprovado por maioria com 7 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções. O membro Paulo Espírito Santo estava ausente da sala.

Ponto número três – Apreciação e Votação da Proposta de Actualização da Tarifa de Fornecimento de Água e Aluguer de Contadores, para o ano 2007.

Intervenção do membro João Osório que apresentou um estudo sucinto sobre uma família de classe média, em Alpiarça. Em 1997, essa família pagava €5.30 de consumo de água, hoje a mesma família paga mais de €16 para o mesmo consumo, concluíram também que o peso das taxas é de 50% na facturação da água. Informou que a CDU iria votar contra, pois vivemos num Concelho pobre e o valor do consumo da água aumentou em 10 anos para o triplo.

Intervenção da membro Anabela Costa, chamando à atenção para o facto de existirem muitas reclamações, em relação à facturação da água.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo, que chamou a atenção para o facto da água do 1º escalão ter aumentado do ano passado para este ano, somente 0,01€, e que o valor real da água, segundo informação do Senhor Presidente da Câmara era de 0,71€/m³, o que quer dizer que a Câmara está a subsidiar o custo da água a todos os Alpiarçenses. Esta é uma atitude do executivo que devia ser louvada.

Intervenção do membro João de Brito repetindo que não tiveram possibilidade de estudar todos os pontos da ordem de trabalhos, pelo que se irão abster.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro, dizendo que a bancada da CDU tem vindo a fazer referência ao peso, cada vez maior, que a factura da água tem na vida dos Municípios, esta situação reflecte-se nas muitas reclamações existentes. Gostaria de saber se o executivo tem o feed-back destas reclamações.

Intervenção do membro Pedro Gaspar que fez também referência ao preço real da água, que tem sido executado por vários Municípios numa perspectiva de cariz social. Salientou que a convergência para esta plataforma de realidade é um passo extremamente positivo que este executivo tem vindo a dar ano após ano, numa escalada suave e com preocupação social.

O membro João Osório interveio sugerindo à mesa que se informasse junto da Câmara Municipal quantos metros cúbicos são captados, quantos são facturados e quantos é que se perdem.

Em relação ao facto de, os vereadores da bancada da CDU se terem abtido em reunião de Câmara, pensa que, embora seja de lei, 48 horas é pouco tempo para apreciar determinados documentos.

Disse ainda que a bancada da CDU não faz demagogia política, a CDU tem mantido sempre a mesma posição, defende que sendo a água um bem essencial, não deve ter custos acrescidos para a população.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo lembrando que em tempos, quando a CDU estava no Executivo, a bancada do PS perguntou qual era o custo real destes serviços e o que lhes foi respondido na altura foi que os custos eram bastante superiores aos praticados, estavam a suportar politicamente aquele preço. Do ponto de vista da bancada do PS, deve haver uma aproximação do custo real ao custo praticado, a água por ser um bem essencial não pode ser desvalorizado, mas sim valorizado por quem a utiliza, para que não se gaste de forma desmedida.

Intervenção da membro Anabela Costa dizendo que uma Autarquia não deve ser entendida como uma empresa, logo não deve ter como fim obter o máximo lucro. Preocupa-a o facto de existirem tantos munícipes descontentes com a facturação da água.

O membro José Miguel Carvalho interveio, em nome da bancada da CDU, dizendo que esta proposta não lhes parece uma boa proposta, pelo que irão votar contra.

Referiu que um dado com interesse foi saber o valor real da água por metro cúbico e, que era também interessante saber qual a despesa global com a água e quais as entradas de dinheiro com o pagamento da mesma.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que o valor de 0.71€ não inclui a matéria prima, o que é determinante para este custo são os serviços associados à matéria prima, no sentido de chegar à casa dos consumidores. A autarquia não está a facturar o bem, água, mas sim os serviços associados, que representam os 0.72€ para uma despesa total de 364.004,63 € e para uma receita de 187.633,73€.

Relativamente às questões das reclamações com a facturação da água, referiu que não são em número preocupante, aparecem mais pedidos de pagamento em prestações, no entanto disse que o Vereador do Pelouro poderá responder com mais exactidão.

Relativamente à entrega da documentação disse que antes de ser Presidente de Câmara, foi Vereador durante seis anos e membro da Assembleia Municipal durante oito anos, e o que lhe entregavam era uma ordem de trabalhos.

O Vereador Mário Peixinho explicou que os documentos para a reunião de Câmara chegam com 48 horas de antecedência e tanto ele como o Vereador Mário Pereira têm pouco tempo disponível para estudar em profundidade determinados assuntos, logo abstêm-se.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Vereador Ferreirinha, que explicou que têm sido levados a reunião de Câmara vários pedidos de pagamento, da facturação da água, em prestações. As outras reclamações não necessitam ir à reunião de Câmara, são normalmente situações de rotura que levam a uma subida de escalão, nessa altura é feita uma estimativa dos últimos doze meses e é feita a correcção. Quanto a dificuldades de contagem não me têm chegado, no entanto vou averiguar com o encarregado responsável.

No início do mandato, quando foi introduzido o valor do saneamento na factura, chegaram algumas reclamações de munícipes que vivem em arruamentos, que ainda não têm o saneamento a funcionar. Essas situações foram na altura resolvidas.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovada por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

A Presidente da mesa suspendeu os trabalhos por um período de uma hora.

A Presidente da mesa reiniciou a sessão no ponto onde tinha sido suspensa.

Ponto número quatro – Apreciação e Votação da Proposta de Actualização da Taxa de Saneamento para o ano dois mil e sete.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro informando que pela mesma razão do ponto anterior a bancada da CDU vai votar contra.

Intervenção do membro Pedro Gaspar dizendo que nunca contestou as declarações de voto de ninguém, mas sente-se com legitimidade de questionar os vereadores da oposição, sobre a falta de disponibilidade para analisar os documentos que lhes são entregues dentro dos prazos legais.

Intervenção da membro Inês Aguiar dizendo que ninguém tem legitimidade de questionar as declarações de voto, nem mesmo o sentido de voto, de qualquer eleito, pois de facto 48 horas é pouco tempo para analisar todos os pontos. Questionou ainda sobre o número de pontos que faziam parte da ordem de trabalhos da reunião de Câmara, onde foram debatidas estas questões.

Intervenção do membro Pedro Gaspar dizendo que foi eleito com a finalidade de fiscalizar o trabalho do executivo, como tal constatou várias situações consecutivas em que os vereadores da CDU não tiveram disponibilidade. Referiu que a primeira pergunta que fez foi se os prazos legais estavam a ser cumpridos e que lhe responderam que sim.

O membro Celestino Brasileiro interveio dizendo que estranha, que o membro Pedro Gaspar tenha elogiado os membros do PSD por se terem abtido, uma vez que não tiveram tempo para analisar os documentos e critique tanto os membros da bancada da CDU por tomarem a mesma posição.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Ponto número cinco – Apreciação e Votação da Proposta de Projecto de “Regulamento do Mercado Municipal do Concelho de Alpiarça”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovada por unanimidade.

Ponto número seis – Apreciação e Votação da Proposta de Projecto de “Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa passou à votação. Foi aprovada por unanimidade.

Ponto número sete – Apreciação e Votação da Proposta de Projecto de “Regulamento Municipal de Publicidade”.

Intervenção da membro Inês Aguiar sugeriu uma pequena correcção. Na ante-penúltima página, a seguir ao artº 53 – Cap.7, sugeriu que este capítulo seja retirado.

A Presidente da mesa colocou à votação este ponto com a alteração sugerida. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto número oito – Apreciação e Votação da Proposta de “Tabelas Anexas ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação. Foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto número nove – Apreciação e Votação da Proposta de “Alteração à Tabela de Taxas anexa ao Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades Diversas, previstas no Decreto-Lei nº 264/2002 de vinte e cinco de Novembro e no Decreto-Lei nº 310/2002 de dezoito de Dezembro – Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação. Foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto número dez – Apreciação e Votação da Proposta de “Taxas ao abrigo do Decreto-Lei 68/2004, de quinze de Março – Ano de dois mil e sete”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação. Foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto número onze – Apreciação e Votação da Proposta de “Preços de Utilização da Zona Desportiva dos Patudos”.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho dizendo que lhe parecem excessivos, pelo que irão dificultar a utilização de todos estes meios que nos interessa promover.

A Presidente passou á votação do referido ponto. Foi aprovado por maioria com 9 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Ponto número doze – Apreciação e Votação da Proposta de “Preços de Utilização do Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves”.

Intervenção da membro Inês Aguiar dizendo que os preços são muito altos, mas para além disso referiu que não lhe parece correcto que as escolas, do ensino oficial, do Concelho tenham que pagar para utilizar o estádio, enquanto que é gratuito para atletas de alta competição e treinos de selecções nacionais.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho referindo que lhe parece bom para o Concelho que tanto selecções nacionais como atletas de alta competição possam treinar gratuitamente no nosso estádio, mas parece-lhe que a utilização do estádio deve ser facilitada o mais possível, obedecendo logicamente a critérios de prioridade.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que pelo menos para as crianças do Concelho a utilização do estádio deveria ser gratuita. Informou que irá votar contra esta proposta.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo, disse que as crianças quando vão utilizar o estádio, vão através de um clube e não individualmente, e com os clubes existem protocolos estabelecidos. Seria complicado admitir que para as crianças, a utilização era gratuita, porque entendia-se neste caso que as crianças poderiam ir para lá, sem qualquer supervisão.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro lembrando que se estava a falar das escolas do Concelho, do ensino oficial. E que neste caso as crianças que iriam usufruir do estádio, iriam decerto acompanhadas de professores.

O membro Paulo Espirito Santo interveio novamente esclarecendo que estava a falar das crianças isoladamente e não das escolas.

O membro José Miguel Carvalho voltou a intervir para referir que um grupo de munícipes que queira organizar um jogo tem que pagar por duas horas, 44€, logo a organização de um torneio de futebol, ficará cara a estes munícipes, o que desmotiva este tipo de organização. Esta situação afecta não só crianças como adultos, nomeadamente do Concelho. Concorda que clubes ou empresas de outros Concelhos possam contribuir para a despesa, mas utilizadores do Concelho bem como utilizadores amadores não deveriam pagar.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que para além de dever ser gratuito para escolas do ensino oficial, também o deveria ser para torneios de bairro ou de rua devidamente organizados.

Intervenção do membro Pedro Gaspar dizendo que lhe parece que para a oposição tudo tem que ser gratuito. Referiu que quem utiliza deve pagar, as entradas individuais para 2 horas custam 0,80€ por pessoa, cada aula custa à escola 11€. Existe de facto interesse da Autarquia em beneficiar os munícipes do Concelho, uma vez que os preços são mais reduzidos comparados com outros concelhos. Falou também do interesse para a Autarquia da vinda de atletas de alta competição ou selecções nacionais ao nosso estádio. Perguntou ainda se a oposição acha os preços elevados ou se pretende que seja mesmo a título gratuito.

Intervenção da membro Inês Aguiar esclarecendo que a autarquia devia ter em atenção os utentes do Concelho e devia fomentar o desporto e a utilização das infraestruturas do Concelho.

O membro João de Brito voltou a intervir para responder ao membro Pedro Gaspar, disse que as crianças e jovens do Concelho deveriam ter entrada gratuita no estádio.

Intervenção do membro João Osório lendo um parágrafo do plano de actividades da Câmara, referente ao desporto, onde se apresentam preocupações com a prática desportiva e objectivos tão abrangentes. Não compreende como é que a Autarquia apresenta agora taxas tão elevadas.

O membro Pedro Gaspar voltou a intervir lamentando ter exaltado os ânimos da oposição, explicou que existem benefícios visíveis para os utilizadores do Concelho.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo refere que achar exagerados os preços apresentados revela uma falta de informação em relação

ao que se passa noutros concelhos, deu como exemplo o clube internacional de futebol. Ainda há pouco tempo se questionou o executivo sobre a necessidade de substituir o tapete e contestaram o custo do mesmo, logo terá que haver receitas para colmatar estes custos. Disse que em sua opinião os preços a praticar deveriam ser mais próximos dos custos reais, pois assim a Autarquia está a hipotecar o futuro, pois as receitas não chegam para a médio prazo reformular aquele espaço. Em relação ao caso dos miúdos, disse que torneios ou provas propostas, deverão estar enquadradas numa organização e que estes casos estão contemplados na proposta de preços. Referiu ainda que praticar desporto é saudável, mas com supervisão e cuidado, logo as provas deverão ser supervisionadas.

O membro José Miguel Carvalho interveio dizendo que se deveria passar ao ponto seguinte, a menos que o executivo pense reformular esta proposta.

Intervenção do membro João de Brito, referindo que o Estádio Municipal está também ligado à prática do ciclismo, e se alguém quiser ir para o estádio praticar individualmente ciclismo terá que pagar. Deu como exemplo as pistas de Loulé e Tavira que têm entrada gratuita para a prática de ciclismo.

Intervenção da membro Inês Aguiar referindo que não lhe parece correcto comparar as taxas propostas com outras mais elevadas, referindo-se à substituição da relva lembrou que foi através da contracção de um empréstimo para o efeito.

Intervenção do membro João Osório referindo que não conhece o clube internacional de futebol referido pelo membro Paulo Espirito Santo, logo não pode fazer comparações pois não sabe quais as condições existentes. Em relação à substituição do relvado, disse que a sua vida útil era de 10 anos, mas como não houve manutenção o mesmo teve que ser substituído antes do tempo previsto.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que passou a explicar o que estava na proposta. A Câmara como prova do fomento desportivo nas camadas mais jovens construiu o pavilhão desportivo na escola EB2,3/S de José Relvas, que embora tenha sido pago pela Administração Central e pela Câmara Municipal de Alpiarça entregámos a sua gestão à Comissão Executiva da Escola. Saliu que sempre que a Câmara

utiliza esse pavilhão, mesmo para as actividades de tempos livres, paga pela sua utilização à entidade que usufrui por doação.

Referiu que a utilização gratuita, não pode ser uma posição de princípio, uma vez que a mesma é ilegal, pelo menos desde 2001, como todos os eleitos sabem. Porque desde 2001, com a entrada em vigor do actual Quadro Comunitário de Apoio, faz parte integrante das candidaturas a todas as obras financiadas por fundos comunitários o caminhar para a auto-sustentabilidade dos equipamentos.

Salientou que esta proposta refere-se à utilização do estádio por parte das escolas do ensino oficial, lembrou aos eleitos que estiveram presentes no Congresso Extraordinário da ANMP que aprovaram por aclamação uma proposta do conselho directivo da ANMP no sentido que a Administração Central passasse a ser tributada pelos serviços e pela utilização de equipamentos pertencentes à Administração Local.

A Presidente da mesa colocou a proposta à votação, foi aprovada com voto de qualidade da presidente da mesa, com 8 votos a favor e 8 votos contra.

Ponto número treze – Apreciação e Votação da proposta de “Preços de Utilização a Praticar na Nave Desportiva de Alpiarça”.

Intervenção da membro Inês Aguiar colocou uma dúvida em relação ao protocolo mencionado.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho dizendo que a argumentação referida no ponto anterior quanto a uma ilegalidade que se cometeria em não aplicar taxas a todas as situações, não está correcta porque então também seria ilegal os estágios dos atletas de alta competição. Referiu que se o executivo não reformular a proposta a posição da CDU será de discordância.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo dizendo que irão aprovar esta proposta pelas mesmas razões da anterior e ainda porque se trata de um espaço com custos de manutenção mais elevados, por força do próprio pavimento.

A Presidente da mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que se irão desenvolver protocolos específicos que posteriormente virão para conhecimento da Assembleia Municipal.

Em resposta ao membro José Miguel Carvalho voltou a repetir que estamos a por em prática o que foi aprovado no congresso extraordinário.

A Presidente da mesa colocou a proposta à votação foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

O membro João de Brito apresentou declaração de voto em nome da bancada do PSD.

Ponto número catorze – Apreciação e votação da proposta de “Aluguer de Canoas na Barragem dos Patudos, para o ano dois mil e sete”.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor, 2 votos contra e 4 abstenções.

Ponto número quinze – Apreciação e votação da proposta de “Preços de Utilização da Piscina Exterior”.

Intervenção da membro Inês Aguiar referindo que acha os preços praticados elevados mas, falou concretamente do Regulamento da Piscina. Em relação às regras da utilização da piscina, falou da idade exigida para as crianças que utilizam as piscinas. Deu como exemplo o seu próprio caso em que vai às piscinas, paga o preço, exorbitante, praticado e não pode usufruir da piscina, uma vez que as suas filhas não têm idade para frequentar a piscina grande e ela, por sua vez, não pode ir para a piscina pequena, logo paga e tem que permanecer em pé junto à piscina pequena a olhar para as crianças. Pensa que, se ela que é a mãe tomasse a responsabilidade de levar a criança ao colo e com braçadeiras, nada deveria impedir que isso acontecesse.

Outra situação que referiu foi o problema das fraldas, impuseram que até aos três anos as crianças tinham que usar fralda, mas no caso de uma criança que não use fralda há mais de um ano, não se pode impor que volte a usar só para ir à piscina.

A Presidente da mesa esclareceu que estas questões terão cabimento quando se discutir a alteração do regulamento de funcionamento das piscinas, que existe e já foi aprovado em Assembleia Municipal.

Intervenção do membro Pedro Gaspar esclarecendo que quando pediu um ponto de ordem à mesa não foi com intenção de silenciar ninguém, mas sim porque não havia matéria suficiente para discutir o assunto.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto número dezasseis – Apreciação e votação da proposta de “Preços de Utilização da Piscina Interior”.

Intervenção da membro Anabela Costa que comparou os preços praticados na nossa piscina com outros praticados em concelhos vizinhos, chegando à conclusão que os nossos preços são os mais altos e com menos qualidade.

A Presidente da mesa interveio perguntando à membro Anabela Costa a que qualidade é que ela se refere.

A membro Anabela Costa esclareceu que se referiu ao tamanho da piscina e à profundidade da mesma.

A Presidente da mesa esclareceu que são emitidos anualmente certificados de qualidade para as piscinas do distrito de Santarém, e que relativamente à qualidade da água, do ar, das instalações e das superfícies, para os utentes, essa afirmação não é correcta, Alpiarça não tem menos qualidade do que Almeirim ou Santarém.

Intervenção do membro Fernando Ramalho dizendo que a membro Anabela Costa deveria dizer aos restantes membros da Assembleia quais os preços praticados nas piscinas dos concelhos vizinhos, para que assim se pudesse efectivamente comparar.

Intervenção do membro João de Brito, explicou que a bancada do PSD votou favoravelmente o ponto anterior, pois consideram que há muito mais despesas manutenção com as piscinas do que com o estádio.

Intervenção da membro Anabela Costa dizendo que não tinha a tabela de preços para fazerem a comparação, mas que poderia trazer numa outra oportunidade ou então qualquer membro poderia solicitar junto das outras piscinas mencionadas.

A Presidente da mesa colocou à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto número dezassete – Apreciação e votação da proposta de “Alteração à Tabela de Taxas anexa ao Regulamento para Inspeção de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas e Tapetes Rolantes – Taxas e Regime Sancionatório para o ano de dois mil e sete”.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho só para referir que não lhe parece correcto que uma taxa de reinspeção seja igual a uma taxa de inspeção.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade.

Ponto número dezoito – Apreciação e votação da proposta para a “Autorização de subscrição pelo Município de Alpiarça de uma participação no capita social da EIM – Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos, para Gestão e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e Saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo”.

Intervenção do membro João Osório que explicou que a bancada da CDU votaria contra, pois não concordam com a privatização da água.

Intervenção do membro João de Brito referindo que este caso tem estado envolvido em grande polémica e que inclusivamente a Câmara de Santarém já saiu deste sistema. A bancada do PSD irá também votar contra este ponto.

A Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos tidos por convenientes. Referiu que as posições são hoje suficientemente conhecidas, que há uma tomada de posição oficial por parte da CULT. A Câmara Municipal de Alpiarça sempre tratou desta matéria no âmbito desta organização supra-municipal em que estamos inseridos, existe um memorando oficial que retracta a posição oficial da CULT relativamente a esta matéria. O Senhor Presidente da Câmara disse que se a Assembleia o entendesse, ele poderia transmitir o que se passou em termos de actividade nos últimos meses e que retractam a situação actual.

A Presidente da mesa pediu ao Senhor Presidente da Câmara que desse então conhecimento à Assembleia Municipal deste assunto, uma vez que tanto ela como o membro João Osório estiveram na passada 6ª feira na

Assembleia da CULT, logo as bancadas da CDU e do PS estarão mais esclarecidas do que a bancada do PSD.

O Senhor Presidente da Câmara leu o memorando com a posição oficial da CULT.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo que colocou duas questões: O porquê da necessidade deste aumento de capital e porque razão é que devemos ou não acompanhar este aumento de capital.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal de Alpiarça bem como a Assembleia Municipal quando fez a aprovação da nossa participação neste sistema definiu um percurso que deveria ser concluído. Estamos a trabalhar solidariamente no interior de uma organização que ao longo dos últimos anos deu provas do que pode fazer para melhoria da qualidade de vida das comunidades que representa. Logo se aprovámos a nossa participação, desde o início, então não faria sentido inviabilizarmos o processo, até porque para nós os pressupostos da validade deste sistema são inquestionáveis, lembrou que existem obras em curso e como tal mais cedo ou mais tarde surge momento de pagar a factura, há uma percentagem de auto-financiamento e uma percentagem que seria para assumir pela empresa. Há uma parcela de financiamento que está neste momento fragilizada e quanto não se encontrar solução, este financiamento será suportado pelos orçamentos municipais.

A Presidente da mesa esclareceu que este assunto só agora veio à Assembleia, mas já foi aprovado em devido tempo a subscrição da participação no capital da empresa, disse ainda que depois do concurso a empresa apresentou uma proposta três vezes superior ao valor que estava previsto inicialmente, como a empresa tem que ter 51% de capital público e 49% de capital privado, daí na 6ª feira, na Assembleia da CULT, ter sido votado a participação da própria CULT (também três vezes superior) e estar a ser apresentado às Assembleias Municipais a mesma aprovação de três vezes o capital já anteriormente definido. É por esta razão que esta proposta veio a esta sessão.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo dizendo que há uma Câmara, das nove participantes, que não irá subscrever este projecto. Referiu

que eventualmente a Câmara de Alpiarça poderá vir a ser prejudicada, por um acto ao qual foi alheia.

Intervenção do membro João Osório dizendo que oficialmente a Câmara de Alpiarça não tem conhecimento de qualquer Câmara que tenha saído deste processo. Informou que a CDU tem sido sempre coerente e como tal votará contra.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovada com voto de qualidade da Presidente da mesa, com 8 votos a favor e 8 votos contra.

Ponto número dezanove – Apreciação e Votação da proposta para a celebração de um contrato entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Fundação José Relvas, com vista à cedência a título gratuito da posse do prédio urbano sito na Quinta dos Patudos e ainda, a cedência de uma área de seis mil oitenta e oito vírgula três metros quadrados de terreno agrícola contíguo ao referido prédio urbano.

Intervenção do membro João Osório referindo que a bancada da CDU analisou este ponto e que está na disponibilidade de votar favoravelmente esta questão. Fez no entanto referência à certidão que não coincide com a deliberação camarária e ainda ao facto do Senhor Presidente da Câmara não poder votar esta proposta porque é familiar directo do Presidente da Fundação.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, esclareceu que o Presidente da Fundação José Relvas não é proprietário da Fundação. Esta cedência não está a ser feita a favor do Presidente da Fundação, mas sim em favor daquela Fundação.

O membro João Osório voltou a intervir para reafirmar a posição da CDU sobre a votação do senhor Presidente da Câmara sobre esta questão, e disse que achava conveniente que se pedisse parecer jurídico sobre esta matéria.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a certidão está errada, pois o Vereador Mário Peixinho votou favoravelmente esta proposta.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu que a própria Câmara Municipal foi confrontada com esta situação, pois não entendia como é que uma Fundação com mais de 50 anos estava construída sem qualquer documento de relevância jurídica que comprovasse essa situação. Como a Fundação tinha feito a apresentação de

uma candidatura ao programa PARES era necessário um documento que comprovasse esta situação, daí esta proposta ter ido a uma reunião de Câmara e agora à Assembleia Municipal. Relativamente à participação do Presidente da Câmara na votação disse não lhe parecer relevante.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que a bancada do PSD tinha intenção de votar favoravelmente esta proposta, mas surgiu-lhes entretanto a dúvida, se há ilegalidade ou não, em relação à votação do Senhor Presidente da Câmara.

O membro Paulo Espírito Santo interveio novamente para dizer que o Senhor Presidente da Câmara pertence também ao Conselho de Administração da Fundação, na condição de Presidente da Câmara.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, dizendo que se a Assembleia Municipal votar favoravelmente esta proposta, ela fica de imediato aprovada e ratificada.

A Presidente da mesa referiu que todos os Alpiarçenses têm conhecimento do desejo de José Relvas em existir uma instituição que pudesse dar atenção às pessoas mais idosas do Concelho, logo ninguém porá em causa a legitimidade daquela instituição naquele local., portanto o que se pretende é formalizar o que já existe.

Intervenção do membro João Osório esclarecendo que a CDU desde o primeiro momento que está de acordo com esta proposta, só não pretendem compactuar com uma situação de provável ilegalidade.

Intervenção da Anabela Costa subscrevendo o que o colega de bancada, João Osório tinha acabado de referir.

Intervenção do membro Pedro Gaspar enaltecendo a preocupação da CDU com a legalidade, ressaltou que neste caso o Presidente da Câmara não necessitou de usar o seu voto de qualidade, pois sem o seu voto a proposta seria aprovada. Pôs à consideração da Assembleia o facto de se votar ou de se protelar esta situação por mais dois meses.

O membro Paulo Espírito Santo voltou a intervir referindo que se todos os membros concordam e se a Assembleia pode ratificar esta proposta, então deveria-se passar à votação da mesma.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que a Fundação José Relvas apresentou uma candidatura ao

programa PARES e que foi na sequência dessa candidatura e por solicitação da Segurança Social, que pediu à Câmara um documento que legitimasse a utilização daquele espaço.

Em relação às propostas para atribuição de subsídios às colectividades, subscritas pelo Presidente da Câmara, a CDU, no anterior mandato, pediu a perda de mandato do Presidente alegando que este tinha cometido uma grave ilegalidade em ter participado na votação, e sobre isso o Ministério Público pronunciou-se dizendo que não tinha havido qualquer atitude de favorecimento, logo votou esta proposta, pois não há qualquer favorecimento, é uma situação de legitimar o que já existe.

Em relação ao caso concreto das votações relacionadas com o Clube Desportivo “Os Águias” de Alpiarça, esclareceu que sempre que se trata de pedidos extraordinários, sai da sala no momento da votação.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 14 votos a favor, 1 abstenção e a ausência do membro José Miguel Carvalho, que teve de se ausentar antecipadamente, por se encontrar de banco no Hospital de Santarém.

O membro João Osório apresentou declaração de voto, dizendo que a bancada da CDU votou favoravelmente porque não quer inviabilizar este pedido, mas pensa que era importante pedir parecer à Consultora Jurídica se a participação na votação do Senhor Presidente da Câmara é ou não legal.

Ponto número vinte – Apreciação e Votação da “Proposta de Tabela de Taxas e Licenças para o ano dois mil e sete”

A Presidente da mesa informou que o ponto 21 deixa de fazer sentido, uma vez que, da tabela do ponto 20 já faz parte adenda.

Não houve intervenções.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor e 5 votos contra.

Ponto número vinte e um – Apreciação e Votação da proposta de “Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2007”.

Intervenção do membro João Osório esclarecendo que a CDU vai votar contra, uma vez que não foi respeitado o estatuto de direito à oposição, não

perguntaram ao vereador da oposição o que era necessário para o pelouro dele.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que partilha da ideia da bancada da CDU, pois para um ponto tão importante o tempo que foi dado para a sua apreciação foi muito pouco, logo não poderão votar favoravelmente.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo esclarecendo que desde sempre o Orçamento e as Grandes Opções têm sido discutidos e aprovados em Outubro, Novembro, Dezembro e as contas aprovadas em Março. Referiu que se houver sugestões a apresentar, por parte das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, as mesmas devem ser apresentadas antes das datas referidas.

Intervenção do membro João Osório afirmando mais uma vez que não foi cumprido o estatuto de oposição.

Intervenção da membro Inês Aguiar realçando que sobre este ponto da ordem de trabalhos não pode apreciar nada a não ser a capa, pois não tem documentos.

O membro João de Brito voltou a intervir para dizer que o que lhes interessa essencialmente é o que se passa agora e o que se projecta para o futuro e não o que se passou há cinco ou seis anos atrás.

O membro Paulo Espirito Santo voltou a intervir para explicar que quando disse que a oposição não apresentando propostas assume para si própria um estatuto de menoridade, que não é sinónimo de incompetência. Disse também que a bancada do PS recebeu a documentação na mesma altura que as restantes bancadas.

Intervenção da membro Vitória Brito perguntando ao membro Paulo Espirito Santo e aos restantes membros da bancada do PS se, no caso deles estarem na oposição, recebessem esta documentação (2 folhas) o que fariam e qual a reacção que teriam.

A Presidente da Assembleia Municipal esclareceu novamente que não é a primeira vez que estes documentos são entregues ao líder de bancada, sempre que se trata de documentos volumosos tem sido este o procedimento. A Presidente da mesa lembrou ainda que a documentação foi entregue dentro do prazo legal.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que de facto a documentação foi entregue dentro do prazo legal, mas pensa que devia ter sido tomado em consideração facto de estarmos em época natalícia.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo respondendo à membro Vitória de Brito, deu exemplo de um caso semelhante, que se passou com ele enquanto membro da oposição, nessa altura pediu para consultar um documento volumoso e foi-lhe dito, pela 1ª secretária que estava a substituir o Presidente da mesa, que se dirigisse aos serviços técnicos. Explicou que nessa altura nem o líder de bancada tinha o documento, para que o pudessem analisar.

A membro Inês Aguiar voltou a intervir para dizer mais uma vez que não recebeu documentação.

A Presidente da mesa voltou a explicar que o líder de bancada da CDU recebeu a documentação completa.

A membro Inês Aguiar voltou a referir que o regimento diz que todos os membros devem receber toda a documentação.

Intervenção do membro João Osório referindo que de facto os prazos legais foram cumpridos, mas ele tinha-se referido ao estatuto de oposição, e esta situação não foi cumprida.

Lembrou que quando se critica algo que estava errado devemos, de seguida, tentar fazer melhor. Explicou que o documento ao qual o membro Paulo Espirito Santo se referiu, foi ao PDM, que é um documento muito difícil de fotocopiar, referiu-se concretamente à incapacidade técnica para fotocopiar os mapas.

Referiu que a contenção de despesas não deve ser só para algumas coisas, pois a Câmara editou uma revista em papel de alta qualidade. Sugeriu que se aumente a rubrica do orçamento que contempla as despesas com fotocópias, pois prefere continuar a receber os documentos em papel em vez de formato digital.

Deixou ainda uma nota acerca das inúmeras fotocópias que foram tiradas para enviar a toda a população, às Assembleias e às Câmaras Municipais do Distrito, uma carta com o título “A Hora da Verdade”.

Intervenção do membro Pedro Gaspar dizendo que da bancada do PS fazem parte oito pessoas, que também têm Natal e que também têm dificuldade em reunirem-se, no entanto tiveram que dispor de algum tempo para se reunirem e debaterem estes assuntos. Questionou também o Senhor Presidente da Câmara sobre o facto de se ter violado ou não o estatuto de oposição.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, em relação ao estatuto de oposição perguntou ao Vereador Mário Peixinho se sente que relativamente à sua posição de Vereador com pelouro tem sido cumprido e respeitado o estatuto e oposição e, se nesta matéria em concreto sente que o foi ou não.

O Vereador Mário Peixinho respondeu que quando aceitou o pelouro do trânsito tinha uma disponibilidade de tempo, que hoje em dia não tem. No entanto referiu que nunca ninguém do executivo lhe tentou dificultar a vida, de facto na elaboração do orçamento também ninguém lhe perguntou se havia alguma coisa que quisesse ver retratado no mesmo. Disse que tinha intenção de ter feito algumas propostas para este orçamento, mas que não teve disponibilidade de tempo.

O Senhor Presidente voltou a intervir dizendo que os Vereadores tem que ser respeitados e referiu que sem ter a preocupação de cumprir o estatuto de oposição, foi ele próprio com o Vereador Mário Peixinho ao terreno ver situações de trabalho concreto.

A Presidente da mesa fez uma pausa de cinco minutos.

O membro João Osório interveio para informar que os membros da bancada da CDU iriam ausentar-se da sala durante a votação deste ponto.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor, 2 votos contra e 5 ausências da bancada da CDU.

A votação ocorreu pois havia quorum.

A Presidente da mesa informou que durante uma das interrupções da sessão, falou com os líderes das bancadas para a inclusão de um novo ponto, relacionado com uma adenda a um protocolo já existente, na ordem de trabalhos. Perguntou se todos aceitavam a inclusão deste ponto.

O membro João Osório interveio para dizer que, para a Câmara Municipal de Alpiarça é prática corrente inserir novos pontos depois da ordem de trabalhos, situação com a qual a bancada da CDU não concorda.

A Presidente da mesa referiu que se a maioria concordar com a inserção deste ponto, o mesmo será incluído. Saliou ainda que não é prática da Assembleia Municipal incluir pontos fora da agenda, habitualmente a ordem de trabalhos é cumprida.

Perguntou de novo às outras duas bancadas se concordavam ou não com a inclusão deste ponto.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo dizendo que a bancada do PS votará favoravelmente a inclusão deste ponto, pois não se trata de uma situação habitual, mas sim extraordinária. Consideram que se trata de um assunto de benefício para o Município, que não levanta dúvidas.

Intervenção do membro João de Brito referindo que a bancada do PSD também aceita a inclusão deste ponto.

Intervenção da membro Inês Aguiar referindo que o líder de bancada da CDU não aceitou que este ponto entrasse na ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o protocolo para a instalação da empresa Texa em Alpiarça, foi aprovado em devido tempo tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal. O que se pediu à Assembleia foi a compreensão para a introdução de uma cláusula, no referido protocolo, que tentará desburocratizar a situação.

Intervenção da membro Inês Aguiar referindo-se ao facto de terem retirado o direito ao público de falar sobre os diversos assuntos com o argumento de não se saber quais os assuntos que iriam ser trazidos, e por isso não haver documentação de suporte para responder às eventuais questões. Disse ainda que não compreendia a urgência desta adenda, uma vez que o referido protocolo já foi aprovado na Assembleia Municipal de 16 de Janeiro de 2004. Disse ainda que a adenda não lhe parecia um assunto simples, pois trata-se da renúncia por parte da Câmara Municipal de Alpiarça de exercer o direito de preferência.

O membro Paulo Espirito Santo interveio para esclarecer que em relação ao período destinado ao público, que acontecia regularmente era a vinda de assuntos directamente relacionados com o executivo. Mas que todos os munícipes podem apresentar qualquer assunto à mesa e que os mesmos serão colocados na ordem de trabalhos, se a mesa assim o entender.

Em relação a esta empresa esclareceu que a bancada do PS aprecia o facto de empresas estrangeiras se instalarem em Portugal, neste caso particular em Alpiarça.

Ponto número vinte e dois – Apreciação e Votação da Adenda ao Protocolo para a construção de unidade fabril no Parque Industrial de Alpiarça.

Intervenção do membro Fernando Ramalho dizendo que materialmente a introdução deste ponto traduz-se num investimento de vulto no nosso Concelho que irá criar sensivelmente 50 postos de trabalho. Referiu que a CDU, ao tomar esta atitude, está a desvalorizar a importância que tem para o Concelho de Alpiarça, a instalação desta empresa. Explicou ainda que no contexto empresarial, tempo é dinheiro e para investimentos com esta relevância dois meses é muito tempo.

A membro Inês Aguiar voltou a intervir dizendo que não admite que a bancada do PS diga que a CDU não quer a instalação de uma empresa em Alpiarça, pois a CDU congratula-se com todas as fábricas que venham para o Concelho e com criação de postos de trabalho.

A Presidente da mesa esclareceu a membro Inês Aguiar, dizendo que os membros são livres de expressarem as suas opiniões, logo não se pode exigir que retirem o que disseram.

Intervenção do membro João Osório que perguntou se a introdução do ponto estava ou não aceite.

A Presidente da mesa respondeu que uma vez que duas bancadas aceitaram, então o ponto tinha sido incluído.

O Membro João Osório perguntou se era uma aceitação tácita.

A Senhora Presidente da mesa respondeu que não se trata de decisão tácita, pois existem 10 pessoas representadas pelos respectivos líderes de bancada que aceitaram a inclusão e discussão deste ponto.

O membro João Osório interveio novamente para esclarecer que a CDU não é contra o investimento em Alpiarça. Perguntou se esta situação está conforme o regulamento da Zona Industrial.

O membro Fernando Ramalho voltou a intervir para explicar que a conclusão política que tirou, foi a que referiu, não sendo contudo uma contestação oficial.

Intervenção do membro João de Brito congratulando-se com o facto de uma empresa se instalar em Alpiarça e criar 50 postos de trabalho, espera no entanto que não aconteça o mesmo que aconteceu com a MONLIZ e com a RENOLDY, pois os maus cheiros emanados daquela zona poluem toda a Vila.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente esclareceu que todos os parâmetros técnicos serão cumpridos. Explicou que a Câmara conseguiu manter “vivo” o acordo de princípio com esta empresa desde 2004, perante as incompreensões que resultam da incapacidade de resposta da Administração central. Com esta cláusula a Câmara abdica, com as necessárias contrapartidas financeiras, do direito de preferência, pois este é um investimento na ordem dos 25 milhões de Euros, logo a Autarquia não poderá equacionar o direito de preferência. O que se pretende é garantir, sem haver desvirtuamento daquilo que era o protocolo inicial, haverá compensações para o município. Informou também que se a Autarquia tivesse agido com ausência de agilidade relativamente à Monliz, ela hoje estaria sediada em território espanhol e a Renoldy estaria num outro local qualquer, felizmente isso não aconteceu.

Intervenção da membro Inês Aguiar, colocou novamente a questão se as percentagens apresentadas são as que estão estipuladas no regulamento da zona industrial.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu novamente dizendo que se trata de agilizar o próprio exercício do direito de preferência, ou seja se a empresa tem que solicitar o direito de preferência, assim fica já determinado quais são as compensações.

A membro Inês Aguiar voltou a colocar a mesma questão, solicitando que o Senhor Presidente lhe responda sim ou não.

O Senhor Presidente referiu que já respondeu duas vezes à mesma questão e que não se trata de uma resposta de sim ou não.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que todas as bancadas já se pronunciaram sobre este ponto, e que se deveria seguir para a votação.

A membro Inês Aguiar voltou a intervir dizendo que as compensações, no caso da Câmara não exercer o direito de preferência, estão previstas no regulamento da zona industrial, logo o que está em discussão é o facto da Câmara renunciar ao direito de preferência. Refere que o que diz o regulamento é que sempre que a empresa queira vender tem que forçosamente passar pela Câmara Municipal e nesse caso a Câmara pode ou não exercer o direito de preferência, este procedimento serve até de controle para a Autarquia saber quem é que se vai instalar na zona industrial, caso contrário não controla, a Texa vai ter liberdade para vender a quem bem entender.

O membro Fernando Ramalho interveio para referir que se as compensações já constam do regulamento, se a Câmara já disse que em circunstância alguma estará interessada em exercer o direito de preferência, porque não é vocação das Câmaras dedicarem-se à actividade industrial.

Intervenção do membro João de Brito disse que se deveria passar à votação deste ponto, pois já passava da 01H00.

A Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a mesa da Assembleia partilha da opinião de que as condições ambientais devem ser garantidas.

A Presidente da mesa colocou à votação, foi aprovado por maioria com 10 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções.

O membro João Osório apresentou declaração de voto, dizendo que votou contra esta proposta não por estar contra à instalação de mais uma unidade industrial em Alpiarça, mas sim porque tem dúvidas que o regulamento da Zona Industrial esteja a ser cumprido.

A membro Inês Aguiar apresentou declaração de voto e mencionou a renuncia do direito de preferência por parte da Câmara Municipal de Alpiarça.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Não houve inscrições para o período de intervenção do público.

Passou-se à leitura da minuta da acta. A minuta da acta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente: _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____